

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/13905	19320/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Contrato Interadministrativo – Gestão da Praia Fluvial do Cavadinho – União de Freguesias de Crespos e Pousada

Considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
2. O Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico.
3. Nos termos do disposto no artigo 29.º, n.os 1 e 2, da citada Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, «os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias» [n.º 1], delegação esta que se efetua nos termos previstos nos artigos 116.º a 123.º e 131.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo em consideração o disposto nos n.os 3 e seguintes do mesmo artigo [n.º 2].



4. Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.

5. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, podendo os municípios concretizar a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, tal como dispõem os artigos 118.º e 131.º do RJAL.

6. As freguesias são, por força da sua proximidade com as populações, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as suas populações, podendo, por isso, atuar com eficácia em diversos domínios, nomeadamente, nas áreas da cultura, desporto e tempos livres, ação social e património, defesa do consumidor e ambiente.

Considerando, ainda, que:

7. O Município de Braga executou, recentemente, obras na Praia Fluvial de Crespos, na União de Freguesias de Crespos e Pousada, concelho de Braga, na margem direita do rio Cávado, numa área de intervenção de 10 670,40m², com vista à construção de um equipamento/edifício de apoio à praia fluvial/bar, parque de estacionamento e rede de acesso automóvel e pedonal;

8. As competências no âmbito da gestão das praias fluviais ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias;

9. A presente delegação de competências não acarreta nem significa um aumento da despesa pública global, prevista no ano da concretização, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;

10. Os princípios consagrados no n.º 2 do artigo 39.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, foram observados e aplicados, no que concerne ao objeto do presente contrato;

11. A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, tal como determina o artigo 120.º do RJAL;

12. O presente contrato encontra-se isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 47.º, n.º 1, alíneas *h)* e *i)*, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto [Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)], na sua redação atual.



Em face do exposto, proponho:

Que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a delegação de competências na União de Freguesias de Crespos e Pousada, em matéria de gestão da Praia Fluvial do Cavadinho, ao abrigo do disposto na alínea m) do número 1, do artigo 33º e da alínea k) do número 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências cuja minuta se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DAS PRAIAS FLUVIAIS

Considerando que:

- 1.** A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
- 2.** O Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico.
- 3.** Nos termos do disposto no artigo 29.º, n.ºs 1 e 2, da citada Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, «*os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias*» [n.º 1], delegação esta que se efetua nos termos previstos nos artigos 116.º a 123.º e 131.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo em consideração o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do mesmo artigo [n.º 2].
- 4.** Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- 5.** A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, podendo os municípios concretizar a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, tal como dispõem os artigos 118.º e 131.º do RJAL.
- 6.** As freguesias são, por força da sua proximidade com as populações, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as suas populações, podendo, por isso, atuar com eficácia em diversos domínios, nomeadamente, nas áreas da cultura, desporto e tempos livres, ação social e património, defesa do consumidor e ambiente.



Considerando, ainda, que:

- 7.** O Município de Braga executou, recentemente, obras na Praia Fluvial de Crespos, na União de Freguesias de Crespos e Pousada, concelho de Braga, na margem direita do rio Cávado, numa área de intervenção de 10 670,40m², com vista à construção de um equipamento/edifício de apoio à praia fluvial/bar, parque de estacionamento e rede de acesso automóvel e pedonal;
- 8.** As competências no âmbito da gestão das praias fluviais ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias;
- 9.** A presente delegação de competências não acarreta nem significa um aumento da despesa pública global, prevista no ano da concretização, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- 10.** Os princípios consagrados no n.º 2 do artigo 39.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, foram observados e aplicados, no que concerne ao objeto do presente contrato;
- 11.** A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, tal como determina o artigo 120.º do RJAL;
- 12.** O presente contrato encontra-se isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 47.º, n.º 1, alíneas h) e i), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto [Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)], na sua redação atual.

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dos artigos 120.º e 131.º, ambos do RJAL, e do artigo 200.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, todos os diplomas nas suas redações atuais, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, de [...] de [...] de 2025, da Assembleia Municipal, de [...] de [...] de 2025, da Junta de Freguesia, de [...] de [...] de 2025, e da Assembleia de Freguesia de de [...] de [...] de 2025;

Entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público, NIPC 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado neste ato pelo Presidente da



Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, doravante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA, pessoa coletiva de direito público, NIPC 510836364, com sede na Rua da Boavista, n.º 4, 4710-613 Braga, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José João Correia, no exercício dos poderes próprios que lhe são legalmente cometidos nessa qualidade, doravante designada por **Segunda Outorgante**,

É celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, o qual se regerá nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, as quais as Partes Outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Braga nos Órgãos da Segunda Outorgante, em matéria de gestão da praia fluvial do Cavadinho, sita em Ribeira, 4710-646 Crespos.
2. Em concreto, delegam-se as seguintes competências:
 - a) A limpeza e recolha de resíduos;
 - b) A manutenção, conservação e gestão de equipamentos e apoios de praia;
 - c) A manutenção, conservação e gestão de equipamentos e apoio à circulação pedonal e rodoviária;
 - d) Concessionar, licenciar ou autorizar:
 - i. Equipamentos e apoios de praia ou similares, infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária;
 - ii. Fornecimento de bens e serviços;
 - iii. Prática de atividades desportivas e recreativas.

Cláusula 2.ª

(Obrigações dos Outorgantes)

1. Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:



- a) Transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários para o exercício das competências delegadas, nos termos das cláusulas seguintes;
 - b) Apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.
2. Constituem obrigações da Segunda Outorgante, sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na cláusula seguinte:
- a) Garantir as condições para a disponibilização ao público em boas condições de conservação e segurança, da praia fluvial do Cavadinho;
 - b) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz, pautando a sua atuação por critérios de igualdade e racionalização, na prossecução do interesse público e das populações, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis, no âmbito das matérias a que respeitam as competências delegadas;
 - c) Prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe solicite sobre os atos praticados no exercício das competências que lhe foram delegadas;
 - d) Dar conhecimento ao Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
 - e) Obter autorização prévia do Primeiro Outorgante relativamente a quaisquer obras que
 - f) Remeter ao Primeiro Outorgante os relatórios referidos na Cláusula 8.ª, nos quais será prestada informação circunstanciada sobre o exercício das competências delegadas.

Cláusula 3.ª

(Gestão e conservação das infraestruturas e equipamentos de apoio à praia fluvial)

1. O exercício das competências delegadas envolve a prática de todos os atos de gestão e conservação das infraestruturas e equipamentos existentes na praia fluvial do Cavadinho, identificados na Cláusula 1.ª, designadamente:
- a) Manutenção, conservação e gestão dos equipamentos e apoios de praia, mantendo a sua boa conservação e segurança;
 - b) Manutenção, conservação e gestão dos equipamentos e apoio à circulação pedonal e rodoviária, mantendo a sua boa conservação e segurança;
 - c) Proceder ao pagamento de todas as despesas de funcionamento, designadamente, de energia elétrica, água, segurança, limpeza e seguros, desde o dia da assinatura do presente contrato e durante todo o seu prazo de vigência;



- d) Criar, nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e demais legislação aplicável, um regulamento que habilite a Segunda Outorgante à liquidação e cobrança das taxas devidas pela utilização dos equipamentos.
2. Para melhor enquadramento das competências delegadas através do número anterior, são definidos os seguintes conceitos:
- a. Apoios de praia: Núcleo básico de funções e serviços, que integram vestiários, balneários, instalações sanitárias, limpeza de praia e recolha de lixo. Também são considerados apoios de praia, as pranchas flutuadoras, barracas, toldos e chapéus de sol para abrigo de banhistas, estruturas para abrigo de embarcações, seus utensílios e aparelhos de pesca e outras instalações destinadas à prática de desportos náuticos e de diversões aquáticas, também designadas como apoios balneares.
 - b. Equipamentos de praia: Núcleos de funções e serviços que não correspondam a apoio de praia, nomeadamente restaurantes e snack-bares.
3. As obras necessárias ao funcionamento dos equipamentos e apoios de praia serão promovidas pela Segunda Outorgante, na qualidade de dona da obra.
4. O Primeiro Outorgante procederá à transferência dos meios financeiros necessários para a execução das obras mencionadas no número anterior, através de aditamento ao presente contrato, a celebrar futuramente, aquando da orçamentação e quantificação das obras previstas, conforme previsto na cláusula 6.^a.

Cláusula 4.^a

(Cedência de utilização dos equipamentos e apoios de praia)

1. A Segunda Outorgante pode ceder a terceiros o gozo ou utilização dos equipamentos e apoios de praia, cumprido que seja o princípio da concorrência, mediante prévia autorização do Primeiro Outorgante.
2. Quaisquer obras a executar pela Segunda Outorgante ou por terceiros a quem esta tenha cedido o gozo e/ou exploração dos equipamentos e apoios de praia, terão de ser previamente autorizadas pelo Município de Braga
3. A Segunda Outorgante deve proceder, sob pena de ineficácia, à formalização da cedência sob a forma escrita, utilizando o instrumento jurídico adequado, à luz do regime jurídico aplicável.
4. No contrato a celebrar nos termos do número anterior, deverá convencionar-se que a manutenção dos equipamentos ficará a cargo da entidade cessionária, e que esta fica igualmente obrigada ao cumprimento de todas as



normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, contratar os seguros necessários à proteção do imóvel e equipamentos.

Cláusula 5.ª

(Recursos humanos)

As despesas com os recursos humanos necessários para o exercício das competências delegadas são da responsabilidade da Segunda Outorgante.

Cláusula 6.ª

(Recursos financeiros)

1. O Primeiro Outorgante assegurará ao Segundo Outorgante os meios financeiros necessários à concretização das competências descritas no número 3 da cláusula 3.ª.
2. Para cumprimento do previsto no número anterior deverá observar-se o seguinte o procedimento:
 - a. O Segundo Outorgante remete ao Primeiro Outorgante três orçamentos, no mínimo, que fundamentem, técnica e financeiramente, a intervenção a concretizar;
 - b. O Primeiro Outorgante, após análise técnica, avaliando o interesse público subjacente à intervenção, comunica ao Primeiro Outorgante os termos da aprovação e o montante dos recursos financeiros a transferir;
 - c. O montante acordado entre as partes deverá ser autorizado pelos órgãos municipais competentes, mediante aditamento ao presente contrato, nos termos previstos no n.º 4 da cláusula 3.ª.

Cláusula 7.ª

(Responsabilidades)

Durante o período de vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante é responsável pela segurança de pessoas e bens nos equipamentos, cuja gestão lhe é delegada, no âmbito do presente contrato.

Cláusula 8.ª

(Acompanhamento e controlo)

1. O acompanhamento e controlo da execução do presente contrato são efetuados pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada a:



- a)** Apresentar ao Primeiro Outorgante, por cada ano de vigência do presente contrato, relatórios semestrais dos quais constem:
- i)** As receitas e despesas relativas à gestão, conservação e reparação dos equipamentos, cuja gestão lhes é delegada;
 - ii)** O número de utilizadores, quando houver cobrança de taxas de utilização dos equipamentos;
 - iii)** Documento explicativo da afetação das verbas transferidas/obtidas no âmbito do presente contrato, com discriminação dos movimentos financeiros e das atividades ou ações implementadas.
- b)** Apresentar ao Primeiro Outorgante o regulamento das taxas a aplicar pela Segunda Outorgante pela utilização dos equipamentos e apoios de praia cuja gestão lhe é delegada, ou declaração em como não são aplicadas taxas por aquela utilização.
- 3.** Os relatórios referidos na alínea *a)* do número anterior devem seguir o modelo a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 9.^a

(Gestores do contrato)

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, as partes designam como gestores do contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento:

a) Pelo Primeiro Outorgante:

Nome gestor do contrato:

E-mail:

Substituto:

E-mail:

b) Pela Segunda Outorgante:

Nome gestor do contrato:

Email:

Substituto:

Cláusula 10.^a

(Força maior)

- 1.** Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as



circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Segunda Outorgante, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados à Segunda Outorgante bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Segunda Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Segunda Outorgante não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a

(Modificações)

1. O presente contrato pode ser modificado, quando se verifique a existência de alterações supervenientes das circunstâncias, que afetem o interesse prosseguido com a sua celebração.

2. Qualquer alteração ao presente contrato carece do prévio acordo das partes, e será celebrada por escrito, através de adenda a este contrato.

3. O presente contrato poderá ainda ser modificado, sempre que o Primeiro Outorgante pretenda alargar ou restringir o seu objeto, tendo em vista a melhoria da



prestação de serviços, ou para definição das verbas a transferir, o que será efetuado por adenda.

Cláusula 12.^a

(Período de vigência)

- 1.** O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura, até ao final do mandato da Assembleia Municipal, considerando-se renovado após a instalação deste órgão, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
- 2.** As partes podem denunciar o contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a instalação do órgão deliberativo do Município.

Cláusula 13.^a

(Cessação do contrato)

- 1.** O presente contrato poderá cessar a sua vigência por caducidade, revogação ou resolução, no caso em que se verifique o incumprimento da contraparte, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 2.** O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, ou pelo decurso do respetivo prazo de vigência.
- 3.** As partes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
- 4.** As partes podem suspender execução do presente contrato por incumprimento de uma das partes, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 5.** A cessação ou suspensão do presente contrato não pode pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato deixe de vigorar.
- 6.** A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere o direito a qualquer indemnização ou compensação.
- 7.** Em alternativa ao disposto no número anterior, o Primeiro Outorgante pode manter a vigência do presente contrato, avocando as competências que tenham sido delegadas na Segunda Outorgante, que se afigurem necessárias para assegurar a gestão dos equipamentos identificados na Cláusula 1.^a.

Cláusula 14.^a

(Dúvidas interpretativas)

As dúvidas interpretativas que surgirem durante a execução do presente contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

Cláusula 15.^a

(Casos omissos)



Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no RJAL, e demais legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

(Natureza jurídica)

- 1.** O presente Contrato tem natureza administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º-B do CCP, e a sua formação está excluída da Parte II do mesmo Código, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma legal.
- 2.** É aplicável, em especial, o disposto no artigo 338.º do CCP.

Cláusula 17.^a

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Por ser esta a vontade das Partes Outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão assinar o presente contrato interadministrativo de delegação de competências e recursos, feito em duplicado, ficando um exemplar no poder de cada um dos Outorgantes, valendo ambos como original.

Braga, [...] de [...] de 2025.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pela Segunda Outorgante,



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DAS PRAIAS FLUVIAIS

Considerando que:

- 1.** A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais), na sua redação atual, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.
- 2.** O Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico.
- 3.** Nos termos do disposto no artigo 29.º, n.ºs 1 e 2, da citada Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *«os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias»* [n.º 1], delegação esta que se efetua nos termos previstos nos artigos 116.º a 123.º e 131.º, todos do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado como Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tendo em consideração o disposto nos n.ºs 3 e seguintes do mesmo artigo [n.º 2].
- 4.** Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- 5.** A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, podendo os municípios concretizar a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, tal como dispõem os artigos 118.º e 131.º do RJAL.
- 6.** As freguesias são, por força da sua proximidade com as populações, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as suas populações, podendo, por isso, atuar com eficácia em diversos domínios, nomeadamente, nas áreas da cultura, desporto e tempos livres, ação social e património, defesa do consumidor e ambiente.

Considerando, ainda, que:

- 7.** O Município de Braga executou, recentemente, obras na Praia Fluvial de Crespos, na União de Freguesias de Crespos e Pousada, concelho de Braga, na margem direita do rio Cávado, numa área de intervenção de 10 670,40m², com vista à construção de um equipamento/edifício de apoio à praia fluvial/bar, parque de estacionamento e rede de acesso automóvel e pedonal;
- 8.** As competências no âmbito da gestão das praias fluviais ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias;
- 9.** A presente delegação de competências não acarreta nem significa um aumento da despesa pública global, prevista no ano da concretização, em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- 10.** Os princípios consagrados no n.º 2 do artigo 39.º da Lei 50/2018, de 16 de agosto, foram observados e aplicados, no que concerne ao objeto do presente contrato;
- 11.** A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos, sob pena de nulidade, tal como determina o artigo 120.º do RJAL;
- 12.** O presente contrato encontra-se isento de fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, ao abrigo do disposto no artigo 47.º, n.º 1, alíneas *h)* e *i)*, da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto [Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)], na sua redação atual.

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, dos artigos 120.º e 131.º, ambos do RJAL, e do artigo 200.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, todos os diplomas nas suas redações atuais, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal, de [...] de [...] de 2025, da Assembleia Municipal, de [...] de [...] de 2025, da Junta de Freguesia, de [...] de [...] de 2025, e da Assembleia de Freguesia de de [...] de [...] de 2025;

Entre:

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de direito público, NIPC 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado neste ato pelo Presidente da

Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, doravante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CRESPOS E POUSADA, pessoa coletiva de direito público, NIPC 510836364, com sede na Rua da Boavista, n.º 4, 4710-613 Braga, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José João Correia, no exercício dos poderes próprios que lhe são legalmente cometidos nessa qualidade, doravante designada por **Segunda Outorgante**,

É celebrado o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, o qual se regerá nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, as quais as Partes Outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Braga nos Órgãos da Segunda Outorgante, em matéria de gestão da praia fluvial do Cavadinho, sita em Ribeira, 4710-646 Crespos.
2. Em concreto, delegam-se as seguintes competências:
 - a) A limpeza e recolha de resíduos;
 - b) A manutenção, conservação e gestão de equipamentos e apoios de praia;
 - c) A manutenção, conservação e gestão de equipamentos e apoio à circulação pedonal e rodoviária;
 - d) Concessionar, licenciar ou autorizar:
 - i. Equipamentos e apoios de praia ou similares, infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária;
 - ii. Fornecimento de bens e serviços;
 - iii. Prática de atividades desportivas e recreativas.

Cláusula 2.ª

(Obrigações dos Outorgantes)

1. Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) Transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários para o exercício das competências delegadas, nos termos das cláusulas seguintes;
 - b) Apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.
2. Constituem obrigações da Segunda Outorgante, sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas na cláusula seguinte:
- a) Garantir as condições para a disponibilização ao público em boas condições de conservação e segurança, da praia fluvial do Cavadinho;
 - b) Exercer as competências delegadas de modo eficiente e eficaz, pautando a sua atuação por critérios de igualdade e racionalização, na prossecução do interesse público e das populações, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis, no âmbito das matérias a que respeitam as competências delegadas;
 - c) Prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe solicite sobre os atos praticados no exercício das competências que lhe foram delegadas;
 - d) Dar conhecimento ao Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a prejudicar, impedir, tornar mais oneroso ou difícil o exercício das competências delegadas;
 - e) Obter autorização prévia do Primeiro Outorgante relativamente a quaisquer obras que
 - f) Remeter ao Primeiro Outorgante os relatórios referidos na Cláusula 8.ª, nos quais será prestada informação circunstanciada sobre o exercício das competências delegadas.

Cláusula 3.ª

(Gestão e conservação das infraestruturas e equipamentos de apoio à praia fluvial)

1. O exercício das competências delegadas envolve a prática de todos os atos de gestão e conservação das infraestruturas e equipamentos existentes na praia fluvial do Cavadinho, identificados na Cláusula 1.ª, designadamente:
- a) Manutenção, conservação e gestão dos equipamentos e apoios de praia, mantendo a sua boa conservação e segurança;
 - b) Manutenção, conservação e gestão dos equipamentos e apoio à circulação pedonal e rodoviária, mantendo a sua boa conservação e segurança;
 - c) Proceder ao pagamento de todas as despesas de funcionamento, designadamente, de energia elétrica, água, segurança, limpeza e seguros, desde o dia da assinatura do presente contrato e durante todo o seu prazo de vigência;

- d) Criar, nos termos do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e demais legislação aplicável, um regulamento que habilite a Segunda Outorgante à liquidação e cobrança das taxas devidas pela utilização dos equipamentos.
2. Para melhor enquadramento das competências delegadas através do número anterior, são definidos os seguintes conceitos:
- a. Apoios de praia: Núcleo básico de funções e serviços, que integram vestiários, balneários, instalações sanitárias, limpeza de praia e recolha de lixo. Também são considerados apoios de praia, as pranchas flutuadoras, barracas, toldos e chapéus de sol para abrigo de banhistas, estruturas para abrigo de embarcações, seus utensílios e aparelhos de pesca e outras instalações destinadas à prática de desportos náuticos e de diversões aquáticas, também designadas como apoios balneares.
 - b. Equipamentos de praia: Núcleos de funções e serviços que não correspondam a apoio de praia, nomeadamente restaurantes e snack-bares.
3. As obras necessárias ao funcionamento dos equipamentos e apoios de praia serão promovidas pela Segunda Outorgante, na qualidade de dona da obra.
4. O Primeiro Outorgante procederá à transferência dos meios financeiros necessários para a execução das obras mencionadas no número anterior, através de aditamento ao presente contrato, a celebrar futuramente, aquando da orçamentação e quantificação das obras previstas, conforme previsto na cláusula 6.ª.

Cláusula 4.ª

(Cedência de utilização dos equipamentos e apoios de praia)

1. A Segunda Outorgante pode ceder a terceiros o gozo ou utilização dos equipamentos e apoios de praia, cumprido que seja o princípio da concorrência, mediante prévia autorização do Primeiro Outorgante.
2. Quaisquer obras a executar pela Segunda Outorgante ou por terceiros a quem esta tenha cedido o gozo e/ou exploração dos equipamentos e apoios de praia, terão de ser previamente autorizadas pelo Município de Braga
3. A Segunda Outorgante deve proceder, sob pena de ineficácia, à formalização da cedência sob a forma escrita, utilizando o instrumento jurídico adequado, à luz do regime jurídico aplicável.
4. No contrato a celebrar nos termos do número anterior, deverá convencionar-se que a manutenção dos equipamentos ficará a cargo da entidade cessionária, e que esta fica igualmente obrigada ao cumprimento de todas as

normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, contratar os seguros necessários à proteção do imóvel e equipamentos.

Cláusula 5.ª

(Recursos humanos)

As despesas com os recursos humanos necessários para o exercício das competências delegadas são da responsabilidade da Segunda Outorgante.

Cláusula 6.ª

(Recursos financeiros)

1. O Primeiro Outorgante assegurará ao Segundo Outorgante os meios financeiros necessários à concretização das competências descritas no número 3 da cláusula 3.ª.
2. Para cumprimento do previsto no número anterior deverá observar-se o seguinte o procedimento:
 - a. O Segundo Outorgante remete ao Primeiro Outorgante três orçamentos, no mínimo, que fundamentem, técnica e financeiramente, a intervenção a concretizar;
 - b. O Primeiro Outorgante, após análise técnica, avaliando o interesse público subjacente à intervenção, comunica ao Primeiro Outorgante os termos da aprovação e o montante dos recursos financeiros a transferir;
 - c. O montante acordado entre as partes deverá ser autorizado pelos órgãos municipais competentes, mediante aditamento ao presente contrato, nos termos previstos no n.º 4 da cláusula 3.ª.

Cláusula 7.ª

(Responsabilidades)

Durante o período de vigência do presente contrato, a Segunda Outorgante é responsável pela segurança de pessoas e bens nos equipamentos, cuja gestão lhe é delegada, no âmbito do presente contrato.

Cláusula 8.ª

(Acompanhamento e controlo)

1. O acompanhamento e controlo da execução do presente contrato são efetuados pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de fiscalizar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada a:

- a)** Apresentar ao Primeiro Outorgante, por cada ano de vigência do presente contrato, relatórios semestrais dos quais constem:
- i)** As receitas e despesas relativas à gestão, conservação e reparação dos equipamentos, cuja gestão lhes é delegada;
 - ii)** O número de utilizadores, quando houver cobrança de taxas de utilização dos equipamentos;
 - iii)** Documento explicativo da afetação das verbas transferidas/obtidas no âmbito do presente contrato, com discriminação dos movimentos financeiros e das atividades ou ações implementadas.
- b)** Apresentar ao Primeiro Outorgante o regulamento das taxas a aplicar pela Segunda Outorgante pela utilização dos equipamentos e apoios de praia cuja gestão lhe é delegada, ou declaração em como não são aplicadas taxas por aquela utilização.
- 3.** Os relatórios referidos na alínea *a)* do número anterior devem seguir o modelo a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante.

Cláusula 9.^a

(Gestores do contrato)

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, as partes designam como gestores do contrato e substitutos, em caso de impossibilidade ou impedimento:

a) Pelo Primeiro Outorgante:

Nome gestor do contrato:

E-mail:

Substituto:

E-mail:

b) Pela Segunda Outorgante:

Nome gestor do contrato:

Email:

Substituto:

Cláusula 10.^a

(Força maior)

- 1.** Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as

circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Segunda Outorgante, na parte em que intervenham;
- b)** Greves ou conflitos laborais limitados à Segunda Outorgante bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c)** Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pela Segunda Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d)** Manifestações populares devidas ao incumprimento pela Segunda Outorgante de normas legais;
- e)** Incêndios ou inundações com origem nas instalações da Segunda Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f)** Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da Segunda Outorgante não devidas a sabotagem;
- g)** Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 11.^a

(Modificações)

1. O presente contrato pode ser modificado, quando se verifique a existência de alterações supervenientes das circunstâncias, que afetem o interesse prosseguido com a sua celebração.

2. Qualquer alteração ao presente contrato carece do prévio acordo das partes, e será celebrada por escrito, através de adenda a este contrato.

3. O presente contrato poderá ainda ser modificado, sempre que o Primeiro Outorgante pretenda alargar ou restringir o seu objeto, tendo em vista a melhoria da

prestação de serviços, ou para definição das verbas a transferir, o que será efetuado por adenda.

Cláusula 12.^a

(Período de vigência)

- 1.** O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura, até ao final do mandato da Assembleia Municipal, considerando-se renovado após a instalação deste órgão, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.
- 2.** As partes podem denunciar o contrato, no prazo de 6 (seis) meses após a instalação do órgão deliberativo do Município.

Cláusula 13.^a

(Cessação do contrato)

- 1.** O presente contrato poderá cessar a sua vigência por caducidade, revogação ou resolução, no caso em que se verifique o incumprimento da contraparte, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 2.** O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, ou pelo decurso do respetivo prazo de vigência.
- 3.** As partes podem revogar o contrato por mútuo acordo.
- 4.** As partes podem suspender execução do presente contrato por incumprimento de uma das partes, ou por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 5.** A cessação ou suspensão do presente contrato não pode pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato deixe de vigorar.
- 6.** A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere o direito a qualquer indemnização ou compensação.
- 7.** Em alternativa ao disposto no número anterior, o Primeiro Outorgante pode manter a vigência do presente contrato, avocando as competências que tenham sido delegadas na Segunda Outorgante, que se afigurem necessárias para assegurar a gestão dos equipamentos identificados na Cláusula 1.^a.

Cláusula 14.^a

(Dúvidas interpretativas)

As dúvidas interpretativas que surgirem durante a execução do presente contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

Cláusula 15.^a

(Casos omissos)

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no RJAL, e demais legislação aplicável.

Cláusula 16.^a

(Natureza jurídica)

1. O presente Contrato tem natureza administrativa, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º-B do CCP, e a sua formação está excluída da Parte II do mesmo Código, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 5.º do mesmo diploma legal.
2. É aplicável, em especial, o disposto no artigo 338.º do CCP.

Cláusula 17.^a

(Foro Competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Por ser esta a vontade das Partes Outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão assinar o presente contrato interadministrativo de delegação de competências e recursos, feito em duplicado, ficando um exemplar no poder de cada um dos Outorgantes, valendo ambos como original.

Braga, [...] de [...] de 2025.

Pelo Primeiro Outorgante,

Pela Segunda Outorgante,
